

Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos



**Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento
(organizadores)**



**V Reunião Brasileira de Ensino e
Pesquisa em Arquivologia**

**Ensino e pesquisa em arquivologia:
cenários prospectivos**

Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento

(organizadores)

FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Coordenadores

Biênio 2016-2017: Welder Antônio Silva (UFMG)

Biênio 2018-2019: Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

V REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Evento realizado na Escola de Ciência da Informação da UFMG em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 07 a 10 de novembro de 2017

COMISSÃO ORGANIZADORA – UFMG

Coordenador: Welder Antônio Silva

Subcoordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Alessandro Ferreira Costa

Ivana Denise Parrela

José Francisco Guelfi Campos

Marta Eloísa Melgaço Neves

COMISSÃO CIENTÍFICA

Presidente: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Vice-presidente: Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Daniel Flores (UFSM)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

COMISSÃO AVALIADORA

Diretor: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Andre Malverdes (UFES)

Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (UFMG)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)

Cynthia Roncaglio (UnB)

Daniel Flores (UFSM)

Eliane Braga de Oliveira (UnB)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)
Ivana Denise Parrela (UFMG)
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)
José Maria Jardim (UNIRIO)
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (UnB)
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)
Moisés Rockembach (UFRGS)
Natália Bolfarini Tognoli (UNESP)
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)
Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA)
Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)
Ursula Blattmann (UFSC)
Welder Antônio Silva (UFMG)

COMISSÃO DE APOIO – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG

Amanda dos Santos da Paixão
Cláudia Márcia
Christiano B. Santos
Edgar Gonzaga
Élida Pieri
Eliedir Marcelina
Gilma Pereira
Guilherme Diniz
Gustavo Miranda Ferreira
Nely Ferreira
Luiz Henrique Loureiro
Viviany Braga

MONITORES – ALUNOS/AS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

Gilmar Rodrigues Barreto
Gisele Maria Arcanjo
Graziele Cristina Rodrigues Silva
Neide Araujo Oliveira Braga
Suellen Alves de Melo
Suzana Cristina de Oliveira da Cruz
Yara Levy martins de Souza Sane

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA
Coordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy
Subcoordenadora: Mariana Batista do Nascimento

CAPA, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK
Edinaldo Medina Batista

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



R444	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (5. : 2017: Belo Horizonte, MG) Ensino e pesquisa em arquivologia [recurso eletrônico] : cenários prospectivos / Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. 728 p. : il. E-book. Inclui referências. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-85-65609-09-8 1. Arquivologia – Congressos. 2. Arquivologia – Ensino. 3. Arquivologia – Pesquisa. I. Venâncio, Renato Pinto. II. Silva, Welder Antônio. III. Nascimento, Adalson. CDU: 651.5(063)
------	--

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor © 2018 para artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação deste material requer a permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

Escola de Ciência da Informação da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 31.270-010
www.eci.ufmg.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... p.10

MOÇÕES..... p.12

PLENÁRIAS

1. A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA UNIRIO.....p.16
Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

2. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL.....p.29
Welder Antônio Silva, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros

3. PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA.....p.44
Daniel Flores, Graziella Cé

COMUNICAÇÕES

I - EXPERIÊNCIAS CURRICULARES

4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS.....p.63
Evelin Melo Mintegui, Roberta Pinto Medeiros, Thiago Henrique Bragato Barros

5. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....p.80
Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes

6. DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....p.100
Fernanda da Costa Monteiro, Fernanda de Souza Antunes

7. A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.114

Natália Bolfarini Tognoli, Laura Maria Rego Piva, Rafael Cacciolari Dalessandro

II - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

8. ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS.....p.133

Fábio Barros Silva, Antônio Rodrigues Andrade

9. METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO APLICADA A CONSTRUÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS.....p.152

Silvia Lhamas de Mello, Ana Célia Rodrigues

10. MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.....p.171

Mariana Batista do Nascimento

11. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....p.188

Eduardo Luiz dos Santos, Ana Celeste Indolfo

12. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: O CASO DO NOVO DEGASE.....p.208

Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

13. A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS EXISTENTES EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....p.229

Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Hernane Borges de Barros Pereira, Francisco José Aragão Pedroza Cunha

14. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ...p.244
Jacilene Alves Brejo, Junia G.C. Guimarães e Silva

15. OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.....p.258
Thayron Rodrigues Rangel, Rodolpho Guimarães Pereira, Brenda Couto de Brito Rocco

III - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

16. POR UM MODELO SOCIETAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS.....p.276
Gleice Carlos Nogueira Rodrigues, Paulo Roberto Elian dos Santos

17. PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....p.293
Igor José Garcez, José Maria Jardim

18. OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO.....p.314
Ana Celia Rodrigues

19. O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM ESTUDOS DE LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.326
Margareth da Silva

IV - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E AÇÃO EDUCATIVA

20. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PATRIMÔNIO EM CENTROS DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO.....p.346
Rodrigo Costa Japiassu, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Lídia Silva de Freitas

21. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ.....p.363
Cleber Belmiro dos Santos, Eliezer Pires da Silva

22. ENTRE AS OBRAS E OS DOCUMENTOS: INTERSEÇÕES ENTRE OS SABERES ARQUIVÍSTICO E MUSEOLÓGICO NO TRATAMENTO DO ACERVO DO ARTISTA PLÁSTICO RUBENS GERCHMAN.....p.382
Thayane Vicente Vam de Berg

23. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CAFÉ COM ARQUIVO: O DOCUMENTO EM DEBATE.....p.397
Fernanda da Costa Monteiro, Daniele Chaves Amado

V - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA

24. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....p.410
Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado

25. ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945.....p.430
Vitor Manoel Marques da Fonseca, Darlene Alves Bezerra

VI - PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

26. UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UM PANORAMA ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2015.....p.451
Raquel Fernandes Tavares, Priscila Ribeiro Gomes

27. PERFIL E AUTO-IMAGEM PROFISSIONAL DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO.....p.471
Wagner Ramos Ridolphi, Luiz Cleber Gak

28. A PESQUISA EM ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPq.....p.489

Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio, Natália Bolfarini Tognoli, Thiago Henrique Bragato Barros

VII - INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS

29. REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE.....p.507

Brenda Couto de Brito Rocco, Bianca Couto de Brito

30. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS PROSPECTADOS NA PETROBRAS.....p.523

José Antonio Pereira Do Nascimento, Ana Celeste Indolfo

31. GOVERNANÇA DE SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER PRIVADO.....p.542

Alexandre de Souza Costa

32. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE INTEGRAR A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA.....p.556

Karina Veras Praxedes

VIII - TIPOLOGIA DOCUMENTAL

33. DOCUMENTAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO.....p.576

Isabella Christina Gondim, Eliana Maria dos Santos Bahia

34. CARTA DE AMOR COMO PONTO DE ACESSO: RESULTADOS DE PESQUISA.....p.596

Camila Mattos da Costa, Lucia Maria Velloso de Oliveira

35. A TIPOLOGIA DOCUMENTAL DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR NOS ANOS 1970.....p.614

Rosale de Mattos Souza

36. APONTAMENTOS ACERCA DO DOCUMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA NO CAMPO TEÓRICO DOS ARQUIVOS.....p.633

Marilda Martins Coelho, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

IX - ARQUIVOS, UNIVERSIDADES E MUSEUS

37. DOCUMENTOS DE ARQUIVO PRODUZIDOS PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DE LABORATÓRIO.....p.652

Paulo Roberto Elian dos Santos, Renata Silva Borges, Francisco dos Santos Lourenço

38. ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS: DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS.....p.671

Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis

39. ARQUIVOS DE MUSEUS: UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO.....p.690

Thais Tavares Martins, Ana Celeste Indolfo

40. ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO.....p.709

Zenóbio Santos Júnior, Luiz Cláudio Gomes Maia, Ana Maria Pereira Cardoso

29

REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE

Brenda Couto de Brito Rocco

Bianca Couto de Brito

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vivencia mudanças significativas nas formas de agir, pensar, comunicar-se, documentar e até mesmo de se relacionar. Diante dessas mudanças, estudiosos se voltam a repensar a estrutura e o funcionamento da sociedade até então. Um desses estudiosos é Edgar Morin¹.

A partir de alguns pensamentos desse autor e do entendimento do papel das Instituições Arquivísticas nessa sociedade, o presente ensaio tentará apontar a necessidade de mudanças, em tais instituições visando atender a esse novo cenário. Tais mudanças podem estar relacionadas à administração e o papel dos arquivos, à aplicação das teorias arquivísticas, à relação destas com os usuários, aos procedimentos técnicos, entre outros.

A sociedade está em constante mudança, vivendo de encontros e desencontros, de problemas e soluções, de questionamentos. Tudo isso faz parte da complexidade que atravessamos, definida por Morin como:

(...) um tecido de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo [...] é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico (MORIN, 2011, p.13).

Então, como funcionam ou deveriam funcionar os indivíduos, o Estado, as instituições públicas, empresas privadas e demais atores envolvidos nesse contexto de tecido?

¹ Considerado um dos mais importantes pensadores contemporâneos; e um dos principais teóricos da complexidade. Nasceu em Paris, 08/07/1921 - pseudônimo de Edgar Nahoum; Formado em História, Geografia e Direito; Fundador do Centro de Estudos de Comunicação de Massa (CECMAS) na École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), da qual é co-diretor, e a Academia da Latinidade; Membro honorário do Instituto Piaget; Presidente da Associação para o Pensamento Complexo e da Agência Européia para a Cultura; Título de Doutor Honoris Causa de diversas universidades, inclusive do Brasil; Entre outros.

As Instituições Arquivísticas, ou simplesmente Arquivos, (sejam públicas ou privadas), são alguns dos atores que constroem e são construídos nesse tecido, nessa complexidade e, por isso, merecem atenção ao discorrermos sobre sua influência e papel numa sociedade pouco simplista como a que estamos vivendo.

O próprio termo “Arquivo” apresenta certa complexidade. No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística apresenta quatro acepções:

- 1 - Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo;
- 2 - Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos;
- 3 - Instalações onde funcionam arquivos (2);
- 4 - Móvel destinado à guarda de documentos (2005, p.27).

Será utilizada nesse artigo a acepção 2 de **Arquivo**, segundo a qual este é considerado como Instituição.

Portanto, quando um ator de nossa sociedade é conhecido por um termo que leva a diferentes acepções, merece reflexões.

2 OS ARQUIVOS E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

A sociedade, nas últimas décadas, enfrentou mudanças marcantes principalmente no campo da tecnologia. Muitas dessas influenciaram várias áreas do conhecimento tais como o surgimento da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e as quebras de paradigmas em áreas, como Administração, Direito, Arquivologia, Biblioteconomia, entre outras.

As inovações tecnológicas contribuíram para alterações na forma de produção, tramitação e armazenamento das informações, que passaram a ocorrer em meio digital. Essas informações podem se apresentar registradas em diversos tipos de documentos. O objeto deste ensaio é justamente a informação registrada nos documentos arquivísticos, não sendo tratados aqui os outros tipos de documentos.

Os Arquivos são as instituições responsáveis por esse tipo de documento. O surgimento destes teve como “pontapé” inicial a criação do Arquivo Nacional da

França, em 1789. Esse modelo francês sugere três aspectos básicos que Fonseca descreveu muito bem:

[...] Pela primeira vez, uma administração orgânica foi criada para cobrir toda a rede de repartições públicas geradoras de documentos e os antigos depósitos porventura existentes; pela primeira vez, também o estado reconheceu sua responsabilidade em relação ao cuidado devido ao patrimônio documental do passado, e aos documentos por ele produzido. O terceiro aspecto, marcante foi a proclamação e o recolhimento do direito público de acesso aos arquivos (FONSECA, 1996, p.49).

Tendo como modelo o Arquivo Nacional da França, cada país criou Instituições Arquivísticas de acordo com suas singularidades:

Historicamente, a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais... Compreendê-los é compreender a história da formação nacional e identificar os fluxos e dessintonias do Estado Moderno. A legislação de Arquivos é um ensaio micro-administrativo da realidade político-constitucional de cada nação (BASTOS & FRANCO, 1986, p.1).

No Brasil, a principal instituição arquivística responsável pelo patrimônio documental brasileiro, prioritariamente do Poder Executivo Federal, salvo algumas exceções, é o Arquivo Nacional. Criado em 2 de janeiro de 1838, com a finalidade de guardar os documentos públicos, a partir do ano de 1991 reconheceu-se outras funções cabíveis ao Arquivo: a gestão, o recolhimento, o tratamento técnico, a preservação e a difusão do acervo, deixando, assim, de ser apenas um depósito de papéis. É no Arquivo Nacional que estão aqueles documentos destinados à guarda permanente devido ao valor probatório, informativo e histórico.

Como já citado, a evolução tecnológica vem facilitando a produção, transmissão e armazenamento de documentos arquivísticos digitais. Razão pela qual a Administração Pública Federal tem adotado como premissa o uso das TICs para a democratização do acesso aos documentos públicos.

Logo, o Arquivo Nacional, um dos responsáveis pela preservação dos documentos públicos nacionais, deverá estar preparado para o tratamento também dos documentos digitais.

3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E OS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

Caracterizadas por um conjunto de recursos tecnológicos que revolucionaram as formas de comunicação e informação dos indivíduos e/ou organizações, as TICs também impactaram a produção dos documentos arquivísticos, que passaram a existir em formato digital.

A sociedade contemporânea foi inundada por essas tecnologias que resultou em mudanças no seu cotidiano. Destaca-se como uma das mais impactantes e importantes a inclusão de recursos computacionais, como a disseminação dos computadores pessoais (PCs) e a implementação das tecnologias de rede local e mundial, principalmente a Internet na execução das tarefas, para entretenimento, na comunicação dos indivíduos e organizações públicas ou privadas.

Foi nesse período que os não especialistas em computadores passaram a utilizar tal ferramenta em seu cotidiano, seja por questões pessoais ou profissionais.

Sobre as mudanças tecnológicas, Dollar diz:

[...] três generalizações sobre as mudanças que nos cercam e que eu denomino de imperativos tecnológicos. Esses imperativos são: a natureza mutável da documentação; a natureza mutável do trabalho e a mudança da própria tecnologia (DOLLAR, 1994, p.4).

A natureza mutável dos documentos, primeiro imperativo, está relacionada ao aspecto tecnológico dos que passaram a ser produzidos em meio digital, em sua maioria análogos aos documentos em papel. O segundo imperativo está relacionado às mudanças que a tecnologia trouxe para o ambiente de trabalho dos indivíduos, principalmente no que diz respeito à rapidez na comunicação de informações. O terceiro imperativo, por sua vez, é o mais facilmente observado, dada a rapidez na mudança de *softwares*, *hardwares*, e demais suportes.

Os três imperativos tecnológicos destacados proporcionaram significativas mudanças na forma de produção, de tramitação e de preservação das informações, especialmente no que tange os documentos arquivísticos, que antes eram prioritariamente em papel e passaram a ser desenvolvidos em sistemas computacionais, denominando-se documentos arquivísticos digitais.

Entende-se como **documento arquivístico**, segundo o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), do Conselho Nacional de Arquivos (2010, p.12): “[...] os documentos produzidos (elaborados ou recebidos) no curso de uma atividade, como instrumento ou resultado da tal atividade e retido para ação ou referência” (ARQUIVO NACIONAL, 2010, p.12).

É indispensável salientar que em muitos artigos e pesquisas da literatura arquivística brasileira o termo *record* apresenta-se traduzido como “documento arquivístico” e é, nesse sentido, que ele será utilizado neste artigo. No entanto, é importante ressaltar que esse termo também, se encontra traduzido para documento como acontece, por exemplo, no clássico livro “Arquivos Modernos: princípios e técnicas”:

Minha definição de documentos (*records*) é a seguinte: “Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais; em função das suas atividades, preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos” (SCHELLENBERG, 2002, p.40-41).

O documento arquivístico, por vezes denominado também de “documento de arquivo”, diferencia-se de outros documentos tendo por base a função para a qual foi criado.

[...] a forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem e de seu emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído que vai determinar sua condição de documento de arquivo, de biblioteca, de centro de documentação ou de museu (BELLOTO, 2004 p.36).

Tal documento não é produzido intencionalmente para ser fonte histórica ou de pesquisa, ele é, sim, produzido, “[...] tendo em vista não a sua utilização ulterior, e sim, na maioria das vezes, um objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de fonte que poderia vir a assumir mais tarde” (ROUSSO, 1996, p.87).

A relação do documento arquivístico com as funções e atividades desenvolvidas por seus produtos, é também, explorada por Martin-Pozuelo Campillo, ao afirmar que:

[...] documento de arquivo é o documento que resulta de um processo administrativo ou jurídico, assim como todos aqueles que tornam possível tal processo, recebidos por um arquivo onde, paulatinamente, seus valores originais vão sendo prescritos e substituídos por outros de prova e informação (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p.98).

Ainda no sentido de compreender e conceituar tal documento, é indispensável levar em consideração a definição apresentada pelo Comitê de Documentos Eletrônicos do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que o define como:

[...] a informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer da atividade de uma instituição ou pessoa e que possui conteúdo, contexto e estrutura suficiente para servir de evidência dessa atividade (COMMITTEE ON ELECTRONIC RECORDS *apud* RONDINELLI, 2005, p.47).

O *core* do documento arquivístico é a informação nele registrada e a forma como ela é produzida. Assim, independe do suporte, da sua forma e de quem produziu tal documento, ele contém: “[...] uma informação, qualquer que seja sua data, sua forma e seu suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa física ou moral, e por todo serviço ou organismo público ou privado, no exercício de sua atividade (CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 1984, *apud* ROUSSEAU; COUTURE *et al*, 1994, p.123).

Os documentos arquivísticos em ambiente digital, passaram a ser denominados **documentos arquivísticos digitais**. Mas antes de prosseguirmos sobre esse assunto, há que se fazer uma breve diferenciação entre documento eletrônico e documento digital.

De acordo com o Glossário da CTDE (2010, p.13), esses dois objetos foram definidos como:

Documento digital: Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional. (l) Digital document;

Documento eletrônico: Informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico. (I) Electronic document.

Com base nessas definições, é perceptível que a diferenciação entre tais documentos se dá pela forma de registro e codificação da informação: um é somente por meio de dígitos binários e outro é por meio analógico e/ou dígito binário. Logo, um documento digital pode ser eletrônico. Todavia, um documento eletrônico não é somente um documento digital. Essa afirmação fica exemplificada quando Rondinelli (2010, p.225) diz que “[...] uma fita cassete cujo som, embora necessite de um equipamento eletrônico para ser ouvido, não se apresenta codificado em bits”.

A condição de ser codificado em bits é o que faz o documento arquivístico digital ser tramitado e armazenado em meio computacional e a CTDE (2010, p.12) o define como “[...] documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico”.

No surgimento das informações circulantes em meio digital e registradas em documentos digitais, muita confusão e equívocos foram cometidos, porque se entendia que as informações processadas em meio digital eram antagônicas às registradas em papéis.

A maior parte dos documentos eletronicamente processados e das imagens-documento são análogas aos documentos em papel. Como tais elas transportam consigo toda a informação que a eles se requer ser compreendida [...]. (DOLLAR, 1994, p.5).

A opção pela forma de registrar a informação, em meio digital ou não, é o que apontará o uso de uma ou de outra. Em determinados momentos elas se complementam e em outras situações uma prevalecerá sobre a outra.

Morin (2008, p.89) diz que “a vida é um progresso que se paga com a morte dos indivíduos”. Ao buscar uma analogia entre os indivíduos e os documentos digitais e não digitais, começa-se a perceber e entender que não deve existir essa ideia de antagonismo entre eles, pois é importante a interação entre as duas formas de registros.

O pensar na oposição – digital e não digital – não dá conta da complexidade advinda do surgimento dos documentos em meio digital. Se faz necessário recorrer

a Morin (2011) para entender que as dicotomias já não são mais suficientes para o entendimento da sociedade complexa em que vivemos:

Então, a dicotomia já não era possível. Foram precisos estes últimos decênios para que se desse conta que a desordem e a ordem, sempre inimigas uma da outra, cooperavam de uma certa maneira para organizar o universo (MORIN, 2011, p.89).

Deve-se entender, agora, que não há oposição entre os registros digitais e os não digitais. O que existem são escolhas e necessidades de uso. Em nenhum momento os documentos digitais “assassinaram” os não digitais. Eles convivem juntos e entrelaçados:

[...] Contudo é claro que as tecnologias de informação estão nos conduzindo a uma nova era de “documentação” para qual não existe mais análogos ao papel para a multimídia ou para *smarts documents* (documentos inteligentes), os quais podem ser ligados a outros serviços informacionais inteligentes que automaticamente atualizam a informação a partir de fontes externas, ainda mais relevante é o fato de que o conceito de um documento é cada vez mais inadequado para descrever o produto de complexos sistemas de informação como o Sistema de Informação Geografia (DOLLAR, 1994, p.5).

Não se pode mais negar a existência de documentos digitais com suas especificidades e necessidades que provocam verdadeiras revoluções em diversas áreas, como a Arquivologia, e ainda nos Arquivos.

O documento arquivístico não é mais um objeto passivo, um “registro” de uma evidência, mas um agente ativo desempenhando um permanente papel nas vidas dos indivíduos, organizações e da sociedade (COOK, 2012, p.145).

Toda essa mudança movimenta e influencia um cenário social e forma de pensar, salientando a complexidade do mundo.

Poucas pessoas negariam que a tecnologia de informação está provocando uma revolução de informação tão profunda e difusa quanto a revolução industrial, a descoberta da impressão e dos tipos móveis ou o desenvolvimento da escrita (DOLLAR, 1994, p.4).

Diante desse cenário, os Arquivos devem repensar seu papel, visto que são mantenedores dos chamados patrimônios arquivísticos que apoiam a identidade cultural de determinada sociedade, visto que a “ampliação do uso das tecnologias

da informação tem provocado a redefinição dos modelos de serviços de informação”(JARDIM, 2004). Sendo necessário que os arquivos que acompanhem essas redefinições a fim de atenderem a sociedade repletas das TICs, e conseqüentemente, de suas influências e imperativos. .

4 O ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL FRENTE À COMPLEXIDADE

O Arquivo Nacional foi criado em 02 de janeiro 1838, conforme previsto na Constituição de 1824, com o nome de Arquivo Público do Império. Desde a sua criação, desenvolveu diversas atividades, tais quais o tratamento de documentos arquivísticos, a custódia de toda documentação permanente do Poder Executivo Federal, bem como a implementação da gestão de documentos em sua esfera de competência. Assim, o Arquivo Nacional:

Tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural (BRASIL, 2015).²

Essa instituição arquivística, assim como a própria sociedade, desenvolveu-se e modificou-se. passando por diversos Ministérios e se encontra atualmente ligado ao Ministério da Justiça.

A Lei de Arquivos, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, em seu art.18, apresenta o Arquivo Nacional como o responsável, no âmbito da Administração Pública Federal (doravante APF), “pela promoção da gestão e do recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelos órgãos e entidades desta, além das unidades de documentos históricos do Ministério das Relações Exteriores e dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica, subordinados ao recém-criado Ministério da Defesa”.

Durante décadas, os documentos recolhidos e tratados pelo Arquivo Nacional encontravam-se em suporte papel. Entretanto, com o avanço das novas tecnologias

² Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

muitos órgãos da APF começaram a produzir documentos digitais, os quais muitos com perspectivas de serem recolhidos a essa instituição arquivística.

Para receber esses documentos digitais, o Arquivo Nacional terá que implementar mudanças em sua política, infraestrutura e cultura a fim de atender as novas demandas da sociedade e dos indivíduos, dando continuidade à sua missão.

Um exemplo da necessidade de alterações pelo Arquivo Nacional é o Programa por ele desenvolvido, denominado AN Digital:

O Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais – AN Digital, iniciado em 2010, tem como objetivo dotar o Arquivo Nacional das condições de infraestrutura organizacional e tecnológica capazes de preservar e dar acesso aos documentos digitais por ele recolhidos em cumprimento às suas atribuições. Esse Programa é uma resposta do Arquivo Nacional aos desafios enfrentados na preservação dos documentos arquivísticos digitais, que visa preparar a instituição, no presente, para garantir os arquivos do futuro (BRASIL, 2017).³

O ambiente digital quebra paradigmas em relação ao fazer arquivístico, que vão desde o tratamento técnico à forma de contato do usuário com a instituição.

A emergência de práticas inéditas de produção, transferência e uso da informação abrem possibilidades ilimitadas para seu uso e oferta, envolvendo um conjunto cada vez mais amplo e "anônimo" de indivíduos (JARDIM, 2004).

Seria necessário, então, repensar técnicas e procedimentos arquivísticos que visam o tratamento, manutenção e acesso aos documentos arquivísticos, pois muitos desses ainda estão enraizados em outra realidade, quando a produção era exclusivamente em papel, e a transmissão da informação neles registrada era lenta e alcançava poucas pessoas, em virtude de uma sociedade menos complexa.

Pensar na transmissão de documentos digitais, cuja informação é produzida, tramitada e acessada, *on-line* e *on time*, deixa claro que procedimentos e métodos pensados em outro contexto não serão suficientes para atender a essa nova realidade. Assim, o Arquivo Nacional deverá levar em consideração a complexidade trazida pela sociedade, pelos indivíduos, pelos documentos digitais, pela legislação,

³ Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/index.php/programas-e-projetos/an-digital.html>> Acesso em: 20 set. 2017

pelos órgãos públicos, e por todos os atores que estão envolvidos em seu cenário, para o melhor desempenho de suas funções.

Se a complexidade não é a chave do mundo, mas o desafio a enfrentar, por sua vez o pensamento complexo não é o que evita ou suprime o desafio, mas o que ajuda a revelá-lo, e às vezes mesmo a superá-lo (MORIN, 2011, p.8).

Tendo como premissa essa citação, o Arquivo Nacional deve-se voltar ao pensamento complexo para tentar enxergar e superar os desafios trazidos pelos documentos digitais a sua realidade e, ainda, pensar no cidadão ora como ser múltiplo e ora como ser uno, que adota diversas identidades conforme o papel que desempenha, tornando-os potenciais usuários do acervo mantido por essa instituição lembrando que “ [...] não existe apenas uma narrativa numa série ou coleção de documentos, mas muitas narrativas e histórias, servindo a muitos propósitos para muitos públicos, através do tempo e do espaço. (COOK, 2012, p.128)

O Arquivo Nacional precisa se colocar como parte dessa sociedade e pensar que: “ser sujeito, é colocar-se no centro do seu próprio mundo, é ocupar o lugar do 'eu'” (MORIN, 2008, p.95).

Outro aspecto de modificação a ser enfrentada pelo Arquivo Nacional, decorrente das TICs, é sua relação com usuário. Seu usuário agora, pode estar em qualquer lugar, a qualquer hora, entrando em contato com a instituição em busca de informações e acesso ao documento. É inegável que [...] continua-se a buscar identificar o uso, mas é preciso também e, antes de tudo, identificar as necessidades de informação do usuário. (JARDIM, 2015), já que a noção de acesso à informação deve envolver necessariamente a participação do usuário não cabendo mais pensar apenas nos deveres das instituições e dos arquivistas em relação aos documentos.

Logo, o Arquivo Nacional, atendendo a toda complexidade inerente a essa sociedade contemporânea, prepara-se para continuar sua missão, independentemente das mudanças tecnológicas, dos novos formatos de documentos e das novas demandas sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos arquivísticos digitais incorporados no dia-a-dia da sociedade contemporânea, refletem a nova realidade de interdisciplinaridade dessa sociedade. Pensar o mundo complexo, ou o próprio pensamento complexo, cada vez mais torna-se uma realidade nas instituições arquivísticas, impulsionado pelo surgimento das TICs, o qual mudou a maneira de produzir, registrar, tramitar e acessar informações.

Assim, as Instituições Arquivísticas, incluindo o Arquivo Nacional do Brasil, devem acompanhar essas mudanças, visto que o dinamismo e a complexidade da sociedade contemporânea também se refletem nas atividades, métodos e procedimentos dos Arquivos.

Dessa forma, não basta pensar apenas em preservação ou conservação de documentos, acompanhar os avanços tecnológicos que modificam os documentos, ou o aparato tecnológico de última geração se o pensar da instituição continuar linear e simplista nesta sociedade cada vez mais complexa.

Em outras palavras, para lidar com os documentos arquivísticos digitais deve-se ampliar os horizontes da Arquivologia, fazendo com que esta beba na fonte de outras disciplinas e possa desenvolver seu aspecto interdisciplinar. Por todos os aspectos apresentados nesse ensaio, fica evidente a necessidade de mais estudos dentro da área, em virtude do aumento de informações exclusivamente registradas em documentos arquivísticos digitais.

REFERENCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Publicações Técnicas; n. 51.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 318 p.

_____. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO: DOCUMENTO. GÊNESE E CONTEXTOS DE USO, 1., Niterói, [Anais...]. Niterói, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 9 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.(Publicações Técnicas; n 51).

_____. Conselho Nacional de Arquivos. **Legislação Arquivística Brasileira: coletânea**. DITADI, Carlos Augusto, (Org). maio 2012. Disponível em: <<http://www.CONARQ.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007. Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 27 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.3, p.97-104, dez. 2004.

CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS. **Glossário**. Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/2008ctdeglosariov5.pdf>>. Acesso em: jan. 2012.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356 p.

COOK, Michael. Automatização de arquivos. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**. Lisboa, n. 2, p.37-46, jan.-dez. 1986.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, p.18-63, 1997.

_____. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul./dez. 2012. p.123-148.

DOLLAR, Charles M. O impacto das tecnologias da informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p.3-38, jan./dez.1994.

DURANTI, Luciana. (Coord.). **INTERPARES project**: International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. Disponível em: <<http://www.interpares.org>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

_____. **Arquivologia e Ciência da Informação**: (re) construção de marcos interdisciplinares. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n.2, 1999. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

FONSECA, Maria Odila; JARDIM, José Maria. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.41-50, 1995.

FRANCO, Celina M.; BASTOS, Aurélio W. Os Arquivos Nacionais: estrutura e legislação. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-28, jan./jun. 1986.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L.; MARTELETO, R.M.; LARA, M.L.G.de (Org.). **Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p.13-36.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.1, p.27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Dictionary on Archival Terminology**. Munchen: K.G. Saur, 1984. 226p.(Series ICA handbooks series).

ISO INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARTSATION. **ISO 15489-1**: Information and documentation - Records management - Part 1: General. Geneva/Switzerland, 2001.

JARDIM, José Maria. A arquivologia, os arquivistas e a sociedade da informação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 13, 2000, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2000. Disponível em: <<http://www.voy.com/19210/4/62.html>> Acesso em: 9 set. 2015.

_____. **O acesso à informação arquivística no Brasil**: problemas de acessibilidade e disseminação. Caderno de Textos. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999

MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, María. Paz. **La construcción teórica em Archivística**: el principio de procedencia. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1996. 190 p.

McGARRY, K. J. **Da documentação à informação**: um conceito em evolução. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

_____. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Introducción al pensamiento complejo**. Tradução de Marcelo Pakman. 1. ed. Madrid: Ed. Gedisa, 1994.

MORIN, Edgar. **Entrevista ao programa Roda Viva**, em 18 dez. 2000. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/49/entrevistados/edgar_morin_2000.htm>. Acesso em 26 set. 2011.

RHOADS, James B. **The role of archives and records management in national information systems** : a RAMP study. Paris : Unesco, 1989.

ROCHA, Claudia Lacombe Rocha. Gestão de documentos digitais: as ações do arquivo Nacional e da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CONARQ). In: NEVES, Marta Eloísa Melgaço.; NEGREIROS, Leandro Ribeiro (Org.). **Documentos eletrônicos**: fundamentos arquivísticos para a pesquisa em gestão e preservação. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2008. p.108-119.

RONDINELLI, Roseli Cury. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisitação necessária. 2011. 260 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356 p.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. In: **Revista de Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p.85-91, 1996.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos**: uma visão arquivística. Brasília : ABARQ, 2002. 140p.

_____. **A teoria arquivística a partir de 1898**: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. 2011. 254 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbsa de. (Org.). **Arquivística**: temas contemporâneos. Distrito Federal: SENAC, 2007.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.

_____; MARTINS, N. R. Estudo sobre o sistema de arquivos da Universidade Estadual Campinas. **Arquivistica.net**, 2007. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewissue.php?id=7#Artigo>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____; RIBEIRO, Fernanda. **Das Ciências Documentais à Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Shirlene Linny da. **Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-79CP3G/mestrado_shirlene_linny_da_silva.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 nov. 2015.

TÁLAMO, M.F.G.M. A pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **DataGamaZero**: Revista da Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.5, n.2, 2004.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): evidence, information and persistent representation. **The American Archivists**, v. 70, p.315-343, 2007.

_____. Concepts of record (1): prototypes and boundary objects. **The American Archivists**, v. 71, p.118-143, 2008.